

**PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO
DE IPORÁ-GO: CONTRIBUIÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR**

**NATIONAL SCHOOL FOOD PROGRAM IN THE MUNICIPALITY OF
IPORÁ-GO: CONTRIBUTIONS FROM FAMILY FARMING**

Liliana Santos Silva de Queirós*
Najla Kauara Alves do Vale**
Aline dos Santos Sousa***
Juliano de Caldas Rabelo****

RESUMO

O PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) é um programa do governo federal, instituído por um conjunto de políticas públicas destinadas à alimentação e nutrição. Representando uma oportunidade para impulsionar o desenvolvimento local é o fortalecimento de grupos vulneráveis como os agricultores e estudantes, tornou-se uma ferramenta estrutural para estimular o crescimento da agricultura familiar com o fornecimento de alimentos para as escolas. Nessa perspectiva a aquisição de alimentos dos pequenos produtores locais, fornecem meios para garantir sua subsistência, melhoria da renda, desenvolvimento das atividades e fomento à economia local. O presente trabalho visa verificar a participação dos agricultores familiares do município de Iporá-GO, no fornecimento de produtos para o PNAE. Para fundamentar a análise, utilizou-se de pesquisas bibliográficas destinadas a levantar as informações sobre a lei que regulamenta o programa e a participação do agricultor familiar. A metodologia, por conseguinte, caracteriza-se como exploratória, com abordagem quantitativa e análise de dados primários, coletados através de entrevistas. A análise dos resultados permite inferir que o PNAE é relevante para o desenvolvimento da agricultura familiar no município, pois contribui com a comercialização dos seus produtos perto do local onde são produzidos, os gargalos consistem na dificuldade em produzir e entregar os produtos de acordo com os pré-requisitos exigidos no edital

Palavras-chaves: Políticas públicas. Desenvolvimento local. Chamada pública.

* Especialização em Sistemas Integrados de produção agropecuária (IF Goiano – Campus Iporá), graduada em agronegócio IF Goiano – Campus Iporá. lilianinha11@hotmail.com

** Doutorando do programa de pós graduação em agronegócio -UFG, decente no Instituto Federal Goiano-Campus Iporá. najla.vale@ifgoiano.edu.br

*** Mestre Desenvolvimento e Planejamento Territorial. Coordenadora do Curso de Bacharelado em Administração e cursos tecnólogos da Faculdade de Iporá. adm_alinesousa@hotmail.com

**** Mestre em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente pelo Centro Universitário de Anápolis (2012). Exerce os cargos de professor e coordenador do curso Superior de Tecnologia em Agronegócio do Instituto Federal Goiano campus Iporá-Goiás. juliano.rabelo@ifgoiano.edu.br

ABSTRACT

The PNAE (National School Food Program) is a federal government program, instituted by a set of public policies aimed at food and nutrition. Representing an opportunity to boost local development is the strengthening of vulnerable groups such as farmers and students, it has become a structural tool to stimulate the growth of family farming by providing food for schools. In this perspective, the acquisition of food from small local producers, provides means to guarantee their subsistence, improvement of income, development of activities and promotion of the local economy. This work aims to verify the participation of family farmers in the municipality of Iporá-GO, in the supply of products to the PNAE. To support the analysis, bibliographic research was used to gather information about the law that regulates the program and the participation of family farmers. The methodology, therefore, is characterized as exploratory, with a quantitative approach and analysis of primary data, collected through interviews. The analysis of the results allows to infer that the PNAE is relevant for the development of family agriculture in the municipality, since it contributes with the commercialization of its products near the place where they are produced, the bottlenecks consist of the difficulty in producing and delivering the products according to prerequisites required in the notice.

Keywords: Public policies. Local development. Public call.

Introdução

Através de editais de chamada pública, o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) instituiu um conjunto de normas jurídicas, que possibilita o acesso dos pequenos produtores aos mercados institucionais, promovendo o desenvolvimento local, valorizando tradições culturais de alimentação e segurança alimentar (MOSSMANN *et al.*, 2017), através do fornecimento de alimentos nas escolas produzidos localmente pelos agricultores familiares de uma determinada região ou município (ROCHA, 2009), favorecendo o acesso dos estudantes ao consumo de produtos frescos e a reordenação do sistema alimentar (SARAIVA *et al.*, 2013).

Os agricultores familiares representam mais de 84% dos estabelecimentos agrícolas, sendo responsável por 74% dos empregos diretos no campo. No estado de Goiás os agricultores familiares complementam a produção de alimentos no estado (MEDINA, 2016; IBGE, 2006). No município de Iporá-GO a agricultura familiar representa um dinamismo para a economia local, principalmente no fornecimento de alimentos básicos para a população, gerando renda e emprego para os pequenos produtores locais, garantindo assim sua subsistência.

Segundo Biardi e Alencar (2014), a agricultura apresenta duas finalidades, a primeira é a de subsistência devido ao fornecimento de alimento e matéria-prima para os trabalhadores que estão envolvidos na produção, o segundo é destinado à agricultura

comercial que direciona o alimento à exportação ou ao mercado interno, sendo considerado o método mais atual em relação ao de subsistência. No contexto da agricultura familiar a comercialização de seus produtos fortalece as comunidades tradicionais, recuperam sua cultura e valorizam a produção regionalizada (ROCKETT *et al.*, 2019).

Através de estratégias que possibilite a agregação de valor aos produtos agrícolas rurais, com a transformação agroindustrial no ambiente rural, torna-se acessível ao produtor familiar: acrescer valor às matérias-primas produzidas na propriedade rural, estabelecer um processo de transformação dos produtos que podem ser destinados tanto ao consumo próprio como para venda, com escala pequena e média de produção e aumento da renda (OLIVEIRA *et al.*, 2013).

Quase 70% dos alimentos básicos consumidos pelos brasileiros são produzidos pela agricultura familiar. Portanto, é considerado o principal produtor de alimentos para o interior e para as cidades, desempenhando papel fundamental no combate à fome e na segurança alimentar e nutricional no Brasil. Com o surgimento de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, houve um maior envolvimento no mercado interno de produtos e alimentos oriundos dele, fomentado pela ótica da sustentabilidade ecológica, econômica, social, cultural, política e ética envolvidos no processo de montante à jusante da atividade (ROCKETT *et al.*, 2019).

Machado *et al.* (2018) pesquisou a participação dos municípios na aquisição de produtos da agricultura familiar, os resultados da pesquisa constaram que 78,5% dos municípios respondentes tem a ampla participação na compra desses alimentos em todo o território nacional. O programa de alimentação escolar brasileiro vem se preocupando bastante com os hábitos alimentares e a inclusão de alimentos dos frescos no cotidiano dos estudantes, por isto o programa vem se modificando ao longo do tempo visando uma melhor qualidade nos aspectos nutricionais, tornando-se obrigatória a utilização de no mínimo 30% dos recursos financeiros do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a aquisição de alimentos da agricultura familiar (SOARES *et al.*, 2018).

Segundo Duncan (2010) as políticas públicas estimulam o desenvolvimento da agricultura familiar. A criação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) surgiu como uma forma de garantir renda aos produtores e facilitar a comercialização dos seus produtos. Destarte, esse trabalho tem por objetivo verificar a participação dos agricultores familiares no fornecimento de produtos para o PNAE, identificando os

principais produtos comercializados e os gargalos enfrentados pelos agricultores familiares para participarem das chamadas públicas nas escolas do município de Iporá-GO.

1.1. Agricultura familiar e a sua importância socioeconômica

De acordo com Silva (2015) o espaço rural concentra grande parte dos recursos essenciais para a existência humana, cuja definição é necessariamente territorial, tais como terra, água e biodiversidade. A interação entre sociedade e esses recursos da natureza ocorre de maneira específica a cada localidade, de acordo com a rede de atores locais (públicos e privados) que possuem diferentes formas de acesso e direitos de propriedade a tais recursos.

Assim, a dinâmica territorial da agricultura familiar passa a ter uma importância fundamental na manutenção e no aproveitamento desses recursos. De acordo com Picolotto (2014) a agricultura de base familiar na história brasileira, quando pensada do ponto de vista da sua importância socioeconômica, foi alegada pelo Estado e pelos setores dominantes a uma condição subsidiária aos interesses da grande exploração agropecuária.

Agricultura familiar consiste em organizações de produções de grupos familiares, onde uma família tem a finalidade de gerenciar e produzir uma quantidade desejada, seja em grande escala ou pequena, podendo ter diversificações em seus produtos de semeadura e consumo destes, uma das características da agricultura familiar é a predominância da mão de obra dos membros familiares. De acordo com Lei N°11.326, de julho de (2006), considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I- não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II- utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III- tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo poder Executivo: (Redação dada pela Lei N° 12.512, de 2011); IV- dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família; Os beneficiários desta Lei: silvicultores, agricultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais. É uma Lei que está em modificação.

Abramovay (1998) ressalta que a geração de renda depende da produção agrícola e que a base da agricultura e os responsáveis pela estabilidade e ocupação à vida no campo

é dada aos agricultores familiares. Estudos sobre diferentes contextos da agricultura mundial são muito claros e persistem na necessidade de os agricultores instituírem uma base de recursos que possa ser autocontrolada, de forma que eles próprios possam exercer um papel ativo nos processos do desenvolvimento da produção familiar e nas dinâmicas da dicotomia entre o campo e a cidade (ROCKETT *et al.*, 2019).

Dentre as relações de dicotomia entre o campo e a cidade, o êxodo rural provocou transformações econômicas e industriais, ocasionadas pelo aumento no índice populacional de pessoas na zona urbana, conseqüentemente o contingente de indivíduos em um mesmo local gerou diversos problemas como: falta de hospitais, doenças, creches, escolas, empregos para todos, fome, moradias entre outros casos. A questão é que dessa forma aumentou em um só local sem o preparo e planejamento por partes das pessoas, acabaram passando por dificuldades econômicas, onde no meio rural não tinha esse tipo de gargalo (OLIVEIRA *et al.*, 2013).

Para alguns o campo passou a ser mais valorizado e um meio com maior relevância de se construir, produzir e crescer economicamente. De acordo com Abramovay (1998) as famílias cuja renda per capita era inferior a 1/4 de salário mínimo atingiam nada menos que 43,9% do total em 1970. Para Abramovay (1998, p. 211) “não se trata, portanto, simplesmente de apostar em atividades rurais ditas “não-agrícolas”. Mesmo na agricultura há um vasto campo de construção de mercados de qualidade onde os atributos ambientais dos produtos podem ser fatores decisivos na elevação da renda”.

A agricultura familiar, ou a unidade de produção agrícola familiar, tem especificidades que a distinguem de outros empreendimentos familiares e a principal delas é a estabilidade, com menor vulnerabilidade a conjunturas e a ciclos de crescimento e de extinção, como frequentemente acontece com pequenos negócios (BAIARDI, 2014). De acordo com Silva (2015) o papel da agricultura familiar nas transformações contemporâneas no meio rural, suas táticas de representação social e seu enraizamento nos argumentos territoriais, além do conseqüente enfraquecimento da dicotomia rural-urbano, provocaram dois fenômenos importantes para o debate dessas questões: as noções de multifuncionalidade e pluriatividade da agricultura familiar, mencionando a relevância da participação desses produtores em atividades diversificadas como alternativas da variação de renda e participação econômica.

1.2. A relevância das políticas públicas para a agricultura familiar

As políticas públicas têm algumas definições nas concepções de alguns autores, como: de acordo com Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente na vida dos cidadãos. De acordo com Souza (2006, p. 25).

A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. Envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes. Abrangente e não se limita a leis e regras. É uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo. Envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

De acordo com Crisa e Scheneider (2015) mudanças importantes ocorreram no cenário político institucional e nas dinâmicas sociais nos últimos 20 anos no Brasil, o conceito auferido à agricultura familiar e a construção de políticas individualizadas para um vasto grupo social que até então não havia sido contemplado com ações específicas não foram mudanças triviais, e é por isto que ganharam repercussões no cenário nacional e internacional.

Segundo Abramovay e Morello (2010) este processo ocorreu porque as mudanças pelas quais passa o meio rural brasileiro nos últimos 20, permitiram reduzir a pobreza de sua população de forma democrática, melhorando a distribuição de renda e provendo mudanças de comportamentais no sentido de zelar pelo bem-estar das pessoas da própria família garantindo sua subsistência.

Duas políticas públicas implementadas no município de Iporá-GO, que incentivam a agricultura familiar são: o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), enfoque deste trabalho. De acordo com Chmielewska (2010), o PAA permite a compra de alimentos os quais são distribuídos entre a rede socioassistencial e a formação de estoques públicos e da agricultura familiar.

O PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação

alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período em que permanecem na escola (SOARES *et al.*, 2018).

Os dois programas surgiram como finalidades de suprir a demanda por alimento onde o governo federal manda a verba para compra dos produtos na localidade e com isso se faz a distribuição em creches, escolas integrais e entre outros. Esses programas são relevantes para o giro econômico do município, principalmente para os agricultores familiares no quesito de ocasionar a compra dos produtos semeados, produzidos, fabricados de forma em processamento e comercializados, é um programa que dá oportunidades para os produtores do município atendendo a chamada pública. Com isso nota-se outro nicho de mercado envolvendo o agricultor familiar (ROCKETT *et al.*, 2019).

A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo FNDE para o PNAE devem ser utilizados, obrigatoriamente, na compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar. Segundo o Art. 2º são diretrizes da alimentação escolar:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

III - a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;

IV - a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;

V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;

VI - o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é muito importante para o funcionamento das creches e escolas, além criar canais de comercialização para os

produtores da agricultura familiar, contribuindo para o aumento da renda e com o desenvolvimento econômico para o município. Como atualmente, há preocupações relacionadas a qualidade dos gêneros alimentícios adquiridos e com aos hábitos alimentares das crianças e adolescentes no ambiente escolar cresceram muito. O PNAE é de fundamental relevância para garantir a segurança alimentar e uma alimentação saudável para os alunos das creches e escolas do município de Iporá.

Na contemporaneidade, os alimentos que passam pelo processo transformação, estão cada vez mais propícios a regulamentações e fiscalizações, isso ocorre em consequência do consumidor, que demanda por produtos de melhor qualidade. O S.I.M. (Serviço de Inspeção Municipal) é muito relevante, pois garante ao produtor a inserção e a distribuição de seus produtos no mercado, por meio de diversos canais de comercialização e ao consumidor a garantia de consumir alimentos produzidos de acordo com as normas sanitárias, entretanto no município de Iporá não há uma legislação que determine as diretrizes do serviço de Inspeção Municipal.

1 Metodologia

1.1 Caracterização da área de estudo

Segundo IBGE (2010) Iporá é localizado ao Oeste de Goiás, com a população de 31.274 atualmente a estimativa é de 32. 218 habitantes, com a área de 1.026, 384 km² o bioma é cerrado e foi instalado em 01 de janeiro de 1949.

Por volta do ano de 1748, Iporá teve sua origem com a formação do arraial de Pilões, na margem do Rio Claro. E que no ano de 1749, com a vinda de Gomes Freire de Andrade, Governador das Capitanias de Minas Gerais e Rio de Janeiro, se firmaram contratos de exploração dos diamantes de Rio Claro e Rio Pilões. Para essas atividades iniciais de garimpo, vieram duzentos escravos que trabalhavam sob o comando dos exploradores contratados. Forças do exército, enviadas pela Coroa, garantiam a execução do serviço. O povoado nascente recebeu o nome de Rio Claro (dado ao rio caudaloso em que se procedia à cata dos diamantes) (IBGE, 2010). A figura 1 mostra o mapa da localização do município de Iporá.

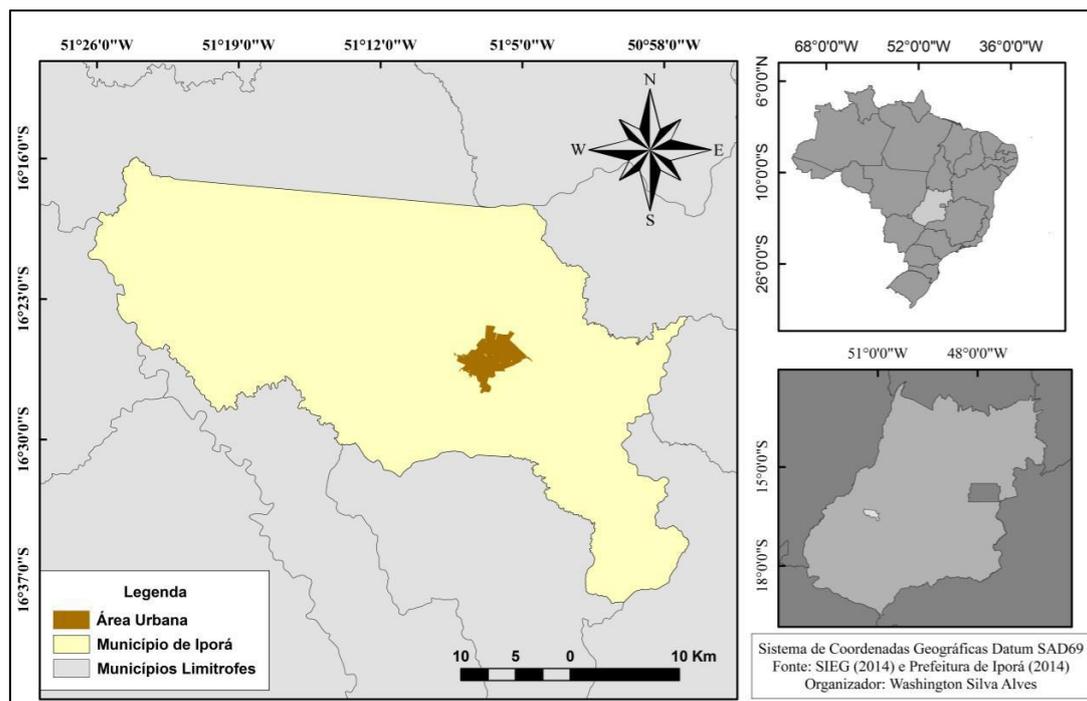


Figura 1: mapa da localização do município de Iporá
Fonte: Oliveira (2014)

1.2 Tipo de pesquisa e levantamento de dados

A pesquisa foi realizada por meio de pesquisa exploratória quanto ao objetivo, quanto a natureza qualitativa, através de entrevista com a representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, utilizou-se entrevista semiestruturada, tendo como público alvo agentes públicos e entre outros de Iporá e a cooperativa COOMAFIR (Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de Iporá. A coleta de dados foi realizada por meio de amostragem constituídas por oito escolas de ensino infantil sendo elas: Joaquim Pitomba; Padre Wiro; Dona Carolina; Edmê Falcão; Geraldo Ribeiro; Cida Paixão; Cosme e Damião e Criança Feliz, e cinco escolas do nível fundamental: Valdivino Silva Ferreira; Professora Odete Carvalho Ataídes (Bugre); Dona Ritinha; Jorcelino Alves Barbosa e Jorcelino Alves Barbosa (PETI), totalizando treze escolas.

Quando o investigador define seu plano de investigação ou esquema de pesquisa, ele pode optar entre três tipos de estudos, cujas finalidades são diferentes: estudos exploratórios, estudos descritivos (nos quais os pesquisadores não têm intenções de fundamentar teorias mas de apresentar o que eles acreditam como objetivo e factual) e estudos explicativos (nos quais os pesquisadores têm como objetivo testar uma teoria e

suas relações causais). Os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema. O pesquisador parte de uma hipótese ou de uma ideia; “aprofunda seu estudo nos limites de uma realidade específica, buscando antecedentes, maior conhecimento para, em seguida, planejar uma pesquisa descritiva ou de tipo experimental” (TRIVIÑOS, 1987, p. 109).

O presente projeto de pesquisa tem caráter exploratório, à medida que significa uma primeira tentativa de integração de algumas questões emergentes na literatura no âmbito dos sistemas de informação e de apoio à decisão. Trata-se de questões emergentes que permitem levantar uma série de conceitos, modelos, características e tendências, aos quais passamos a denominar elementos emergentes, relacionadas com sistemas de informação, que aparecem de forma desconexa e esparsa na literatura.

Quanto ao método, o autor trabalhou durante um ano como observador participante. Se as ordens sociais são padrões e a técnica altera esses padrões, então a investigação requer uma observação sustentada, já que o estudo de mudanças não pode basear-se apenas em entrevistas ou material arquivado. Vale lembrar que, segundo a definição de Benbasat, Goldstein e Mead (1987), essa pesquisa poderia ser classificada como pesquisa-ação, já que houve participação do pesquisador. No entanto não houve intenção de intervenção, no sentido de agir sobre a organização, de alterar ou influenciar algum aspecto de sua realidade. De qualquer forma, seja categorizada como estudo de caso, pesquisa-ação ou pesquisa participante, o interesse nessa experiência está na descrição das técnicas de coleta de dados e análise de dados qualitativos.

Segundo Barley (1990), a análise de dados de campo começa durante a fase observacional do estudo: utilizando projeto de pesquisa comparativo e colocando atenção na sistematização das observações, os pesquisadores podem acumular um corpo de notas pronto para ser ordenadamente analisado. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica, com análise de dados secundários fornecidos por instituições pública que executam o PNAE.

2 Resultados e discussão

O PNAE atua simultaneamente para oferecer alimentação saudável aos estudantes de escolas públicas de educação básica e estimular a agricultura familiar, com o fortalecimento dos agricultores do município de Iporá-GO. As compras são realizadas por uma chamada pública através de edital que tem como objetivos a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e o do empreendedor familiar rural, contendo as

especificidades dos alimentos a serem adquiridos pelas escolas e suas demandas, Lei n.º 11.947, de 16/06/2019, resolução/ CD/FNDE N.º26, DE 17 DE JUNHO de 2013.

Percebe-se no edital as especificações quanto à qualidade, livre de sujidades, bem desenvolvido, sem danos físicos em relação ao manuseio do alimento, e colheita recente, acondicionadas em caixa, sendo que para cada produto tem seus cuidados. A fonte de recurso é proveniente do FNDE/PNAE/ED. Básica.

Os fornecedores da agricultura familiar comercializam sua produção agrícola na forma de fornecedores individuais, grupos informais e grupos formais, de acordo com o art. 27 da resolução FNDE/CD n.º 04/2015. Então os participantes terão que se organizarem quanto aos documentos necessários que são CPF, PRONAF- DAP jurídica de associação e cooperativa, física dos últimos 60 dias, CNPJ (cadastro nacional de pessoa jurídica) e projeto de vendas dos produtos, após esse processo é realizada a seleção. Os fornecedores classificados devem entregar os produtos no horário determinado de cada escola, de acordo com o cardápio e sazonalidade dos produtos.

O pagamento é realizado posteriormente até 30 dias após a última entrega do mês, através da conta corrente do produtor mediante apresentação do documento fiscal correspondendo ao fornecimento efetuado. A presente chamada pública poderá ser obtida nos seguintes locais: Placard da Prefeitura Municipal de Educação, Placard da Prefeitura municipal, Cooperativas e EMATER. Os produtos alimentícios devem atender ao disposto na legislação sanitária (federal, estadual ao municipal) específica para os alimentos de origem animal e vegetal.

O limite individual da venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de até R\$ 20.000.00 (vinte mil reais), por DAP por ano/Entidade, executora, e obedecerá às seguintes regras:

I – Para a comercialização com fornecedores individuais e grupos informais, os contratos individuais firmados deverão respeitar o valor máximo de R\$ 20.000.00 (vinte mil reais), por DAP /ano.

II – Para a comercialização de grupos formais o montante máximo a ser contratado será o resultado o número de agricultores familiares inscritos na DAP Jurídica multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula: Valor máximo a ser contratado = n.º de agricultores familiares inscritos da DAP Jurídica x R\$ 20.000.00.

A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através de um contrato de aquisição escolar que estabelecerá com precisão as condições para sua execução

expressas em cláusulas que defina os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da chamada pública e da proposta a que se vinculam, bem como, do capítulo III – Dos contratos, da Lei 8.666/93.

O PNAE, além de buscar contribuir para garantir a segurança alimentar e nutricional entre os alunos da escola, trabalha na construção de mercados locais como um fator para incentivar a sustentabilidade rural, impulsionar a produção local e regional. No município de Iporá-GO, os alimentos mais consumidos pelas escolas e creches são: abóbora madura, abóbora verde, banana maçã e marmelo, farinha de mandioca, laranja, mandioca, milho verde e polvilho.

No quadro 1 observa-se a quantidade de alimentos que as escolas e creches compraram no ano de 2016 pelo PNAE, nota-se que o tomate foi o produto mais demandado que os demais, isso deve-se ao seu maior consumo e a facilidade de alocar o produto em diversas receitas. O alho teve a menor quantidade, devido sua estrutura e a utilização ser específica para temperos.

Quadro 1: Quantidade de alimentos comprados pelo edital do PNAE (escolas e creches) em 2016

Quantidade	Unidade	Descrição
72	kg	Alho
396	kg	Batata inglesa
282	kg	Beterraba
384	kg	Cebola
416	kg	Cenoura
410	kg	Repolho
422	kg	Tomate

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020

No quadro 1 observa-se a relação da quantidade por quilo de cada verdura e legume, que as escolas e creches compraram no de 2016. Os produtos produzidos pelos agricultores familiares foram: tomates, cenoura, repolho, batata inglesa, cebola, beterraba e alho. Esses alimentos são mais comuns quanto ao consumo devido maior demanda, além da facilidade no seu preparo. Com isso o tomate se destaca por ser um alimento prático que pode ser comido como salada, mas também em molhos para acrescentar em outra receita de comida, por exemplo o macarrão com tomate ou uma sopa de verduras

que vai o tomate e entre outros. Entretanto observa-se pouca variedade dos produtos, tal fato infere na diversidade de alimentos para garantir uma maior variação nutricional aos estudantes, para o município a falta de diversificação dos produtores locais, facilita a abertura para outros produtores ou cooperativas mais estruturadas de outras regiões participarem do edital, com produtos diversificados e facilidades logísticas.

O PNAE também apresenta questões positivas e importantes para os produtores, como o escoamento da produção, auferindo um lucro líquido sobre o produto vendido, valorizando assim a sua produção. O repasse total do FNDE para o PNAE executado pelas escolas municipais do município de Iporá previsto até dezembro de 2016 remeteu-se ao valor de R\$ 191.320,00, considerando o que é previsto em na Lei, devem ser adquiridos da agricultura familiar 57.396,00 reais em alimentos, no respectivo período constatou-se que 12,7% do valor total foi destinado a produtos oriundos da agricultura familiar, o que corresponde a R\$ 24.400,00. Atualmente a verba repassada ao município é de R\$172.188,00.

Segundo os dados da COOMAFIR (Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares do Município de Iporá), as vendas do PNAE no ano de 2016 correspondeu ao valor de R\$320.000,00 (Trezentos e vinte mil reais) com a participação de 68 produtores com a cota de R\$5.000,00 (cinco mil reais) até R\$20.000,00 (Vinte mil reais) por produtor. Isso varia de produtor para produtor, pois o repasse depende do atendimento da demanda solicitada pelas escolas durante todo o ano. As estratégias para aumentar esse valor consiste na reorganização da produção agrícola familiar, e assim obterem ciclos de colheitas com estratégias para aumentar a produção com produtos que atendam as demandas dos editais.

As dificuldades observadas na oferta de alimentos e conseqüentemente nos fatores impeditivos à participação nos editais do PNAE, consistem na desorganização da oferta de suprimentos, muitos produtores produzem os mesmos alimentos, limitando sua variedade, esse fator está relacionada a incerteza dos produtores quanto a garantia de comercialização de seus produtos e eles acabam preferindo cultivar produtos convencionais e de menor risco, dado a ausência de capital de giro, assistência técnica rural, investimentos do setor público e capacitação profissional. Outro gargalo refere-se ao processo de logística, os produtores são responsáveis pelas entregas dos produtos, muitas vezes eles não têm condições estruturais para atender os requisitos legais do processo. Além disso os produtores devem atendente aos requisitos exigidos no edital, quanto aparência, sabor, qualidade, livre de sujeiras, cuidados com o manuseio,

apresentar uma textura firme e sem danos físicos, colheita recente, produto bem desenvolvido, tamanho e coloração uniforme.

O não atendimento da demanda requerida em edital, em consequência da dificuldade que os agricultores familiares possuem em administrar suas plantações e colheitas, além dos intempéries que ocorrem nesse período, gera um precedente para a Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, pois o governo pode cortar parte do repasse da verba financeira ou abater no valor adquirido no próximo ano.

Considerações Finais

A participação dos agricultores familiares nas chamadas públicas do PNAE, possibilita a construção participativa de Chamadas de Submissão e projetos de vendas de alimentos. As ações coletivas das organizações de agricultores familiares foram decisivas para isso, demonstrando seu potencial para interconectar famílias locais na merenda escolar, sua participação, visa proporcionar segurança alimentar e nutricional para crianças e adolescentes de escolas públicas.

Isso aumenta a eficiência das políticas sociais do município, pois aplica seus recursos financeiros ao desenvolvimento agrícola local, incentivando a diversificação das culturas para garantir um cardápio equilibrado nas escolas públicas, proporcionando melhor distribuição de renda. Nota-se que com o fortalecimento dos agricultores do município de Iporá-GO, o PNAE proporciona alternativas de comercializar seus produtos em escolas públicas de educação básica com a chamada pública realizada pela prefeitura.

O acesso ao PNAE, oferece aos agricultores familiares, alternativas de trabalho e renda, além de incentivar o produtor e sua família a permanecerem nas propriedades rurais, contribui para impulsionar a economia local, uma vez que são também consumidores, tanto de insumos e bens de produção quanto de produtos e bens de consumo.

Os agricultores enfrentam diversos gargalos de montante a jusante no seu processo produtivo e no atendimento aos requisitos do edital, a capacitação da mão-de-obra, o fomento a assistência técnica através do assessoramento direto às famílias e o incentivo a maior adesão local ao PNAE, acarretaria maiores benefícios econômicos ao município.

Referências

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de agronegócios**. São Paulo: Atlas, 2005.

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 1-21, 1998.

ABRAMOVAY, R.; MORELLO, T. A democracia na raiz das novas dinâmicas rurais brasileiras. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE DYNAMICS OF RURAL TRANSFORMATIONS IN EMERGING ECONOMIES, New Delhi, India, p. 1-25, Abril, 2010.

BENBASAT, I.; GOLDSTEIN, D.; MEAD, M. The case research strategy in studies of information systems. **MIS Quarterly**, v. 11, n. 3, p. 369-387, 1987.

BAIARDI, A.; ALENCAR, C. M. M. de. Agricultura familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica constitutiva e sua resiliência no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 45-62, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 8 abr. 2020.

BARLEY, S. Images of imaging: notes on doing longitudinal field work. **Organization Science**, v. 1, n. 3, p. 220-242, 1990.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 24 jul. 2018.

BRASIL. Lei n. 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm. Acesso em: 8 set. 2015.

CHMIELEWSKA, D. **O programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA) e as práticas dos agricultores participantes orientadas ao mercado: estudo de caso no estado de Sergipe**. Instituto de Pesquisa economia aplicada, Texto para discussão: Brasília-DF, 2010.

DUNCAN, M. A Construção de uma Política de Desenvolvimento: Os territórios rurais do Brasil. **Habitus**, Goiânia, v. 8, n. 1, p. 196, jan./dez. 2010. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/2177/1344> >. Acesso em: 11 ago. 2018.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre a sociedade e estado no Brasil. **Economia Social Rural**, Brasília-DF, v. 52, p. 125-416, 2015.

LEITE, S.; ÁVILA, R **Um futuro para o campo: reforma agrária e desenvolvimento social**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2007.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy: a Casebook on the Role of Policy Analysis.** Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980.

MACHADO, P. M. O et al. **Compra de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): estudo transversal com o universo de municípios brasileiros.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 12, p. 4153-4164, 2018. Disponível em: link. Acesso em: 17 abr. 2019.

MEDINA, G. **Agricultura familiar em Goiás: lições para o assessoramento técnico.** 3. ed. Goiânia: Editora UFG, 2016.

MEAD, L. M. “Public Policy: Vision, Potential, Limits”, *Policy Currents Newsletter of the Public Policy Section*, APSA, v. 68, n. 3, p. 1-4, fev. 1995.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). 2016. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>. Acesso em: 30 maio 2018.

MOSSMANN, M. P.; TEO, C. R. P. A.; BUSATO, M. A.; TRICHES, R. M. Interface Between Family Farming and School Feeding: barriers and coping mechanisms from the perspective of different social actors in Southern Brazil. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília-DF, v. 55, n. 2, p. 325-342, jun. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032017000200325&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 8 abr. 2020.

OLIVEIRA, T. R. P. R.; SOUSA, H. C.; SILVA, A. P. Agricultura familiar na alimentação escolar: estudo de caso em dois municípios de Minas Gerais. *Nutrire: Revista da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição*, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 256-268, 2013.

OLIVEIRA, D. J. L. **O município de Iporá no contexto da atual apropriação do cerrado goiano.** Mapa 23 Iporá localiza-se na região oeste de Goiás, p. 95. Jataí, 2014.

PETERS, B. G. **American Public Policy.** Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília-DF, v. 52, supl. 1, p. 63-84, 2014 .

ROCKETT, F. C.; CORRÊA, R. S. I.; PIRES, G. C.; MACHADO, L. S.; HOERLLE, F. S.; SOUZA, C. P. M.; OLIVEIRA, A. B. A. Family farming and school meals in Rio Grande do Sul, Brazil. *Cienc. Rural*, Santa Maria, v. 49, n. 2, p. 1-10, 2019.

ROCHA, C. Developments in national policies for food and nutrition security in Brazil. *Development Policy Review*, Oxford, v. 27, n. 1, p. 51-66, 2009.

SARAIVA, E. B.; SILVA, A. P. F.; SOUSA, A. A.; CERQUEIRA, G. F.; CHAGAS, C. M. S.; TORAL, N. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 927-935, 2013.

SILVA, S. P. A. **agricultura familiar e suas múltiplas interações com o território:** uma análise de suas características multifuncionais e pluriativas. Instituto de Pesquisa economia aplicada, Texto para discussão. Brasília-DF, 2015.

SOARES, P.; MARTINELLI, S. S.; FABRI, R. K.; VEIROS, M. B.; DAVÓ-BLANES, M. C.; CAVALLI, S. B. Programa Nacional de Alimentação Escolar como promotor de Sistemas Alimentares Locais, Saudáveis e Sustentáveis: uma avaliação da execução financeira. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 12, p. 4189-4197, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320182312.25582016>. Acesso em: 9 abr. 2020.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura, 2006. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, dez. 2006.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.